

# FICHA 1

## INTRODUÇÃO

### 1. APRESENTAÇÃO DO MANUAL DE GESTÃO DE PROJETOS

O **Manual de Gestão de Projetos (MGP)** do Programa de Cooperação Interreg VI-A Espanha–Portugal (POCTEP) 2021-2027 consolida as normas de acompanhamento e justificação das operações (projetos) do referido Programa, constituindo-se como o principal **guia e ferramenta** de referência para as pessoas responsáveis pela sua gestão operacional, tanto nas entidades beneficiárias como nos beneficiários principais das operações aprovadas.

O documento foi elaborado com uma **abordagem prática** e de acordo com uma estrutura cronológica que responde aos principais marcos do ciclo de vida dos projetos, desde o momento do seu início, com a assinatura do Acordo entre a Autoridade de Gestão e o Beneficiário Principal, até à sua conclusão.

A tramitação de muitos dos aspetos relacionados com a **gestão dos projetos** do POCTEP 2021-2027 é realizada por via telemática através da aplicação Interreg (CoFFEE).

Esta versão do Manual segue a estrutura da correspondente ao POCTEP 2014-2020, tendo igualmente em conta a continuidade dos procedimentos que afetam a gestão dos projetos, aplicando as melhorias consideradas possíveis com base na experiência adquirida, com o objetivo de reduzir a carga administrativa dos Beneficiários Principais e dos restantes Beneficiários dos projetos.

Tal como o anterior, o MGP foi estruturado em **fichas temáticas** com o objetivo de facilitar a sua consulta pelos destinatários, bem como a sua eventual atualização. Estas fichas dizem respeito às diferentes fases do ciclo de vida dos projetos, com a finalidade de apoiar o seu arranque, o acompanhamento da sua execução física e financeira e o seu encerramento. Nas fichas são feitas referências a outros documentos (normativa, guias, etc.) disponíveis na página web do Programa ([www.poctep.eu](http://www.poctep.eu)), onde é atualizada toda a documentação de referência e de utilização.

Assim, na **Ficha 1** apresenta-se o Manual, bem como as principais características do Programa e das respetivas estruturas de gestão.

A **Ficha 2** é dedicada aos beneficiários e às suas obrigações, consagradas no Acordo entre a Autoridade de Gestão e o Beneficiário Principal (Acordo AG-BP) e no Acordo entre Beneficiários e Sócios. Inclui igualmente a apresentação da aplicação Interreg (CoFFEE), complementada por um guia detalhado para a utilização da aplicação informática e gestão dos projetos, disponível na página web do Programa <https://www.poctep.eu/pt/gestao-de-projetos-2021-2027/>.

A **Ficha 3** reúne as diferentes fases do ciclo de vida do projeto, as tarefas de gestão necessárias que devem ser realizadas em cada momento e as situações que podem ocorrer durante a execução da operação.

A **Ficha 4** descreve o procedimento relativo à libertação do orçamento não executado, considerando os requisitos estabelecidos nas Bases dos Convites à Apresentação de Candidaturas.

Na **Ficha 5** apresenta-se o procedimento de modificações aos projetos, bem como a tipologia dessas modificações, incluindo a respetiva casuística e o processo de instrução dos pedidos de modificação.

A **Ficha 6** é dedicada às Regras de Elegibilidade das Despesas do Programa, com uma apresentação das mesmas, enquanto a **Ficha 7** faz referência aos aspetos que devem ser tidos em conta para o encerramento dos projetos, tanto do ponto de vista físico como financeiro.

Os aspetos relativos às medidas de notoriedade, transparência e comunicação (NTC) encontram-se descritos na **Ficha 8**.

A **Ficha 9** reúne algumas considerações relativas aos controlos e auditorias, e a **Ficha 10** refere-se aos aspetos relacionados com as medidas antifraude, bem como com os conflitos de interesses. Por sua vez, na **Ficha 11** encontram-se as considerações relativas aos Auxílios de Estado e à sua aplicação no Programa.

Por último, é incluída uma **Ficha 12** que reúne documentação de referência, bem como uma lista dos principais anexos e documentos adicionais de interesse a considerar na execução dos projetos pelas entidades beneficiárias. Inclui igualmente os contactos das estruturas de gestão do Programa.

Como complemento ao conteúdo do presente Manual, a página web do Programa, [www.poctep.eu](http://www.poctep.eu), disponibiliza informação permanentemente atualizada sobre todas as disposições aplicáveis à gestão dos projetos do POCTEP, bem como a versão mais recente de todos os documentos elaborados para esse fim, os quais estarão disponíveis em espanhol e português para descarga em formato digital, a qualquer momento.

## 2. PROGRAMA Interreg VI-A ESPAÑA – PORTUGAL (POCTEP) 2021-2027

O Programa Interreg VI-A Espanha–Portugal (POCTEP) 2021-2027 é o resultado do sucesso que a cooperação transfronteiriça entre ambos os países tem representado desde 1989, contribuindo para o desenvolvimento dos territórios raianos e para a melhoria da qualidade de vida da população residente na zona fronteiriça luso-espanhola.

### 2.1. ÁMBITO GEOGRÁFICO

O espaço de cooperação transfronteiriça entre Espanha e Portugal é composto por **36 NUTS III** pertencentes a ambos os países, assegurando a coerência e a continuidade das zonas estabelecidas nos anteriores períodos de programação:

- **Espanha:** A Coruña, Lugo, Ourense, Pontevedra, Ávila, León, Salamanca, Valladolid, Zamora, Badajoz, Cáceres, Cádiz, Córdoba, Huelva y Sevilla.
- **Portugal:** Alto Minho, Cávado, Ave, Área Metropolitana de Porto, Alto Tâmega, Tâmega e Sousa, Douro, Terras de Trás-os-Montes, Algarve, Oeste, Região de Aveiro, Região de Coimbra, Região de Leiria, Viseu Dão-Lafões, Beira Baixa, Médio Tejo, Beiras e Serra da Estrela, Alentejo Litoral, Alto Alentejo, Alentejo Central y Baixo Alentejo.

Tendo em conta a especificidade de cada território, a sua trajetória histórica, bem como os bons resultados obtidos e com a finalidade de assegurar uma transição harmoniosa para o novo período, a articulação do Programa continuará a basear-se nas 6 Áreas de Cooperação que constituíram o território nos últimos Programas:

- Área de Cooperación 1: Galicia – Norte de Portugal
- Área de Cooperación 2: Norte de Portugal – Castilla y León
- Área de Cooperación 3: Castilla y León – Centro de Portugal
- Área de Cooperación 4: Centro – Extremadura – Alentejo
- Área de Cooperación 5: Alentejo – Algarve – Andalucía
- Área de Cooperación 6: Plurirregional

### 2.2. OBJETIVOS POLÍTICOS, PRIORIDADES E OBJETIVOS ESPECÍFICOS

A estratégia de cooperação entre Espanha e Portugal foi estruturada considerando **7 prioridades** que correspondem a 4 Objetivos Políticos, acrescidos de um Objetivo Específico Interreg e dos respetivos Objetivos Específicos, nos quais se enquadram os projetos:

**OP 1: Uma Europa mais competitiva e inteligente, promovendo uma transformação económica inovadora e inteligente e a conectividade regional às tecnologias da informação e da comunicação**

<b>Prioridade 1</b>	Aproveitar o potencial da cooperação para consolidar o ecossistema de inovação, científico e tecnológico, potenciar a criação de redes de conhecimento e empresariais, fomentar a digitalização e melhorar a competitividade empresarial, em especial das PME e microempresas.
<b>Objetivo Específico</b>	<b>1.1.</b> Desenvolver e melhorar as capacidades de investigação e inovação e assimilar tecnologias avançadas.
	<b>1.2.</b> Aproveitar as vantagens que a digitalização oferece aos cidadãos, às empresas, às organizações de investigação e às administrações públicas.
	<b>1.3.</b> Reforçar o crescimento sustentável e a competitividade das PME e a criação de emprego nestas empresas, também através de investimentos produtivos.
<b>Prioridade 2</b>	Promover a cooperação para maximizar o aproveitamento dos recursos endógenos do território e o desenvolvimento de iniciativas e setores-chave, avançando na especialização inteligente.
<b>Objetivo Específico</b>	<b>1.4.</b> Desenvolver capacidades para a especialização inteligente, a transição industrial e o empreendedorismo.

**OP 2: Uma Europa mais verde, hipocarbónica e em transição para uma economia com zero emissões líquidas de carbono, e resiliente, promovendo uma transição energética limpa e justa, o investimento verde e azul, a economia circular, a mitigação das alterações climáticas e a adaptação às mesmas, a prevenção e gestão de riscos e a mobilidade urbana sustentável**

<b>Prioridade 3</b>	Avançar na transição ecológica e na adaptação às alterações climáticas do espaço transfronteiriço através da cooperação como ferramenta para a promoção da economia verde e da economia azul.
<b>Objetivo Específico</b>	<b>2.1.</b> Promover a eficiência energética e a redução das emissões de gases com efeito de estufa.
	<b>2.2.</b> Promover as energias renováveis em conformidade com a Diretiva (UE) 2018/2001 relativa às energias renováveis, incluindo os critérios de sustentabilidade nela estabelecidos.
	<b>2.4.</b> Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção do risco de catástrofes, bem como a resiliência, tendo em conta abordagens baseadas nos ecossistemas.
<b>Prioridade 4</b>	Proteger y conservar la biodiversidad en los espacios naturales y rurales y valorizar los ecosistemas naturales y el medio ambiente urbano del espacio transfronterizo a través de la cooperación.



<b>Objetivo Específico</b>	<b>2.7.</b> Reforçar a proteção e a conservação da natureza, da biodiversidade e das infraestruturas verdes, também nas zonas urbanas, e reduzir todas as formas de poluição.
----------------------------	---

**OP 4: Una Europa más social e inclusiva, por medio de la aplicación del pilar europeo de derechos sociales**

<b>Prioridad 5</b>	Proteger e conservar a biodiversidade nos espaços naturais e rurais e valorizar os ecossistemas naturais e o meio ambiente urbano do espaço transfronteiriço através da cooperação.
<b>Objetivo Específico</b>	<b>4.1.</b> Melhorar a eficácia e o caráter inclusivo dos mercados de trabalho, bem como o acesso a um emprego de qualidade, através do desenvolvimento de infraestruturas sociais e da promoção da economia social.
	<b>4.2.</b> Promover um acesso igualitário a serviços inclusivos e de qualidade no âmbito da educação, da formação e da aprendizagem ao longo da vida, através do desenvolvimento de infraestruturas acessíveis, incluindo o reforço da resiliência no caso da educação e formação em linha e à distância.
	<b>4.5.</b> Assegurar a igualdade de acesso aos cuidados de saúde e reforçar a resiliência dos sistemas de saúde, em particular dos cuidados de saúde primários, bem como promover a transição da assistência institucional para a assistência em contexto familiar e comunitário.
	<b>4.6.</b> Reforçar o papel da cultura e do turismo sustentável no desenvolvimento económico, na inclusão social e na inovação social.

**OP 5: Uma Europa mais próxima dos seus cidadãos, através da promoção do desenvolvimento integrado e sustentável de todos os tipos de territórios e das iniciativas locais**

<b>Prioridade 6</b>	Promover, através da cooperação transfronteiriça, o desenvolvimento de estratégias multissetoriais de desenvolvimento integrado e sustentável.
<b>Objetivo Específico</b>	<b>5.2.</b> Promover um desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo, a cultura e o património natural, o turismo sustentável e a segurança, nas zonas não urbanas.

**Objetivo Específico Interreg: Uma melhor governação da cooperação**

<b>Prioridade 7</b>	Superar os obstáculos fronteiriços através da aplicação de uma abordagem transformadora de governação multinível à cooperação transfronteiriça
---------------------	--



<b>Objetivo Específico</b>	<b>a)</b> Melhorar a capacidade institucional das autoridades públicas, em particular as responsáveis pela administração de um território específico, e das partes interessadas.
	<b>b)</b> Melhorar a eficiência das administrações públicas, promovendo a cooperação jurídica e administrativa e a colaboração entre os cidadãos, os representantes da sociedade civil e as instituições, em particular com vista à resolução de obstáculos jurídicos e de outros entraves nas regiões fronteiriças.
	<b>c)</b> Reforçar a confiança mútua, em particular promovendo ações interpessoais.
	<b>f)</b> Outras ações que apoiem uma melhor governação da cooperação.

### 3. ESTRUTURAS DE GESTÃO E AUTORIDADES DO PROGRAMA

Apresentam-se de seguida as estruturas de acompanhamento e gestão do Programa, indicando as funções que cada uma delas assume na sua execução.

#### 3.1. COMITÉ DE ACOMPANHAMENTO

O Comité de Acompanhamento (CA) é o órgão colegial responsável pela **gestão estratégica** e pela supervisão da execução do Programa para a concretização dos seus objetivos. O CA reúne-se, pelo menos, uma vez por ano durante a execução do Programa.

O CA assume como **principais funções** as seguintes:

- ✓ Examinar o **progresso na execução** do Programa e na concretização das etapas e metas previstas no mesmo, bem como quaisquer problemas que afetem o seu desempenho.
- ✓ Aprovar as bases reguladoras Das **convocatórias** de apresentação de projetos e estabelecer os **critérios** de seleção das operações.
- ✓ Aprovar o plano de avaliação e analisar o progresso alcançado na realização de **avaliações**, sínteses de avaliações e qualquer acompanhamento dado às conclusões.
- ✓ Analisar a execução das ações de **comunicação e visibilidade**.
- ✓ Analisar o progresso realizado na execução de **operações de importância estratégica**.
- ✓ Examinar e aprovar qualquer proposta da Autoridade de Gestão para **modificar** o Programa.
- ✓ Aprovar o **relatório final** de desempenho.

O CA é composto pelos/as representantes dos Estados-Membros, que se alternam na presidência do comité, bem como por representantes da Autoridade de Gestão, das copresidências dos 5 Comités Territoriais (um/a representante por cada Comunidade Autónoma e CCDR), das autoridades nacionais em matéria de ambiente e ordenamento do território e dos municípios. Participam também no CA representantes dos agentes económicos e sociais e dos organismos responsáveis pela política em matéria de igualdade e de promoção da inclusão social. A Comissão Europeia participa a título consultivo no CA e o Secretariado Conjunto (SC) assegura as funções de secretariado nas reuniões do comité.

#### 3.2. COMITÉ DE GESTÃO

O Comité de Gestão (CG) é o órgão colegial responsável pela **coordenação operacional** global do Programa.

O CG assume como principais **funções** as seguintes:

- ✓ Propor a **regulamentação interna** do Programa.
- ✓ Emitir **normas comuns** de procedimento e gestão.

- ✓ Aprovar a **seleção dos projetos** propostos pelos Comités Territoriais.
- ✓ Aprovar as **modificações** aos projetos após a sua análise pela SC e o visto das Unidades de Coordenação (UC) envolvidas.

O CG é composto pelos/as representantes dos Estados-Membros, que copresidem o Comité, bem como por representantes da Autoridade de Gestão, das copresidências dos 5 Comités Territoriais (um/a representante por cada Comunidade Autónoma e CCDR) e, a título consultivo, pela Comissão Europeia. A SC também participa nas reuniões do CG, assegurando as funções de secretariado.

### 3.3. COMITÉS TERRITORIAIS

Os Comités Territoriais (CT) desempenham as suas funções no âmbito territorial da respetiva área de cooperação, sob a responsabilidade da Autoridade de Gestão e a coordenação do CG.

Trata-se de uma estrutura criada a partir da necessidade de garantir a proximidade do Programa aos beneficiários e promotores locais.

A sua principal **função** é a análise e a formulação de propostas de decisão ao CG sobre as candidaturas apresentadas nas convocatórias que se localizem ou afetem o seu território.

Os Comités Territoriais são compostos, como membros efetivos, por representantes das Comunidades Autónomas espanholas e das CCDR portuguesas da respetiva área de cooperação, bem como por representantes dos Estados-Membros. Além disso, a título consultivo, estão representadas a Autoridade de Gestão, a autoridade com a função de contabilidade, a Comissão Europeia, representantes das Comunidades de Trabalho, das autoridades ambientais e de ordenamento do território, da igualdade de oportunidades, dos municípios e dos agentes económicos e sociais. Do mesmo modo, as UC Regionais e a SC também participam nas reuniões dos CT.

### 3.4. UNIDADES DE COORDENAÇÃO NACIONAIS E REGIONAIS

As UC Nacionais são os organismos responsáveis pela coordenação do Programa e dos organismos de controlo no âmbito nacional dos Estados-Membros participantes.

No caso de Espanha, a UC Nacional do Programa é a **Direção-Geral dos Fundos Europeus do Ministério da Fazenda (MINHAC)**. Em Portugal, a UC Nacional do POCTEP é a **Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. (ADC)**.

As UC Regionais são os organismos responsáveis pela coordenação e acompanhamento do Programa no seu âmbito de competência e constituem a estrutura de gestão mais próxima dos beneficiários do seu território.

As **UC Regionais espanholas** são a Xunta de Galicia, a Junta de Castilla y León, a Junta de Extremadura e a Junta de Andalucía. Por sua vez, as **UC Regionais portuguesas** são a CCDR Norte, a CCDR Centro, a CCDR Algarve e a CCDR Alentejo.

Entre as **principais funções** das UC, destacam-se as seguintes:

- ✓ Aplicar os critérios de seleção das operações e **avaliar as candidaturas** apresentadas nas convocatórias de projetos do Programa.
- ✓ Elaborar, juntamente com o SC, um relatório sobre as candidaturas para envio ao Comité Territorial (CT).
- ✓ Preparar a proposta de decisão do CT relativa à seleção de operações
- ✓ Assistir o CT nas suas tarefas.
- ✓ Atuar como **interlocutores do Programa a nível regional**.
- ✓ Prestar **apoio** aos beneficiários na preparação das candidaturas.
- ✓ Acompanhar a execução dos projetos aprovados.
- ✓ Acompanhar os beneficiários na execução das operações.
- ✓ Verificar e validar as despesas executadas pelos beneficiários, incluindo verificações no local.
- ✓ Participar na análise e aprovação de **modificações** aos projetos relativas aos aspetos técnicos e financeiros.
- ✓ Participar na avaliação dos relatórios finais dos projetos.
- ✓ Participar na elaboração do Relatório Final de Desempenho do Programa.
- ✓ Realizar ações de informação e publicidade do Programa.

### 3.5. AUTORIDADE DE GESTÃO

A Autoridade de Gestão (AG) do POCTEP é a **Subdireção-Geral de Cooperação Territorial Europeia** do Ministério da Fazenda (MINHAC) do Governo de Espanha.

A AG é a principal **responsável pela boa gestão financeira** do POCTEP e, entre as suas **funções** mais destacadas, encontram-se as relativas à gestão e ao controlo financeiro do Programa:

- ✓ **Apoiar** o Comité de Acompanhamento (CA) e fornecer-lhe a informação necessária para o desempenho das suas funções, bem como acompanhar as decisões e recomendações emitidas por este Comité.
- ✓ Assegurar que a despesa de cada beneficiário tenha sido **verificada** por um controlador designado.
- ✓ Garantir que os beneficiários mantenham um **sistema de contabilidade** separada ou atribuam um código contabilístico adequado a todas as transações relacionadas com uma operação.
- ✓ Estabelecer procedimentos que garantam a disponibilidade de todos os documentos relativos à despesa e às auditorias necessários para assegurar uma **pista de auditoria** adequada.
- ✓ Garantir que os beneficiários recebam o montante devido na totalidade e no prazo de oitenta dias a contar da data em que o beneficiário apresenta o pedido de pagamento.
- ✓ Dispor de medidas e procedimentos antifraude eficazes e proporcionados, bem como prevenir, detetar e corrigir irregularidades.

- ✓ Estabelecer o **sistema de informação** (Interreg CoFFEE) para o registo e armazenamento eletrónico da programação e dos dados das operações.
- ✓ Apresentar à Comissão o **Relatório Final** de Desempenho do Programa, após aprovação pelo CA.
- ✓ Fornecer ao BP de cada operação selecionada um documento que estabeleça as condições de apoio a essa operação (**Acordo AG-BP**), incluindo os requisitos específicos relativos aos produtos a entregar ou serviços a prestar, o plano de financiamento, o prazo de execução, o método a aplicar a determinados custos da operação e as condições de pagamento da ajuda.
- ✓ Elaborar o **plano de avaliação**, bem como as avaliações.

### 3.6. SECRETARIADO CONJUNTO

O Secretariado Conjunto (SC) é o órgão de apoio técnico das estruturas de gestão do Programa, bem como dos beneficiários das operações aprovadas e dos promotores de projetos.

O SC desempenha as suas funções sob a responsabilidade, orientação e dependência funcional da AG. As principais **funções** do SC são as seguintes:

- ✓ Execução de tarefas técnicas, administrativas e financeiras associadas à gestão do Programa.
- ✓ Coordenar as ações e iniciativas de animação, promoção e divulgação do Programa.
- ✓ Prestar aconselhamento e fornecer informação aos potenciais beneficiários.
- ✓ Assegurar a correta instrução das candidaturas apresentadas nas convocatórias de projetos do Programa.
- ✓ Realizar o acompanhamento da execução física e financeira dos projetos aprovados, bem como a tramitação dos pedidos de pagamento apresentados.
- ✓ Apoiar o desenvolvimento do Interreg (CoFFEE) como sistema de informação do POCTEP.

### 3.7. AUTORIDADE CONTABILÍSTICA

A Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. (**ADC**) de Portugal é a autoridade à qual estão atribuídas as funções de contabilidade do Programa, sendo também o organismo pagador. As suas principais tarefas são:

- ✓ Elaborar e apresentar à Comissão Europeia (CE) as **declarações de despesas** e certificar que estas resultam de sistemas de contabilidade fiáveis.
- ✓ Elaborar as contas.
- ✓ Receber os pagamentos da CE.
- ✓ Efetuar os pagamentos aos beneficiários dos reembolsos da ajuda FEDER.

- ✓ Manter um registo contabilístico informatizado da despesa declarada à CE e da contribuição pública correspondente paga aos beneficiários.

### 3.8. AUTORIDADE DE AUDITORIA

A Autoridade de Auditoria (AA) do POCTEP é a **Intervenção-Geral da Administração do Estado espanhol** (IGAEE), entre cujas principais funções se destacam as seguintes:

- ✓ Garantir que é auditado o correto funcionamento do Sistema de Gestão e Controlo do POCTEP e de uma amostra representativa das operações com base na despesa declarada.
- ✓ Preparar a estratégia de auditoria e definir a amostra estatística para a realização da auditoria anual das operações do POCTEP.
- ✓ Elaborar o parecer de auditoria e o relatório anual de controlo.